

FÉ, ESPAÇO E TEMPO: ANÁLISE DA DIFUSÃO DAS DIOCESES CATÓLICAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

TERRA, Ana Carolina Lobo (NEPEC/UERJ)

A religião, que pode ser observada desde o surgimento dos primeiros grupos sociais humanos, objetiva religar o homem (cotidiano, profano) com o divino (sagrado). Através da religião, o homem busca um auxílio sobrenatural para atender suas necessidades cotidianas. Tal prerrogativa justifica a interligação da religião com a economia e a política do lugar. Uma vez que a geografia busca a análise e a compreensão do espaço, será de grande valor o estudo da religião, pois a religião possui características próprias e ocorre, como fenômeno cultural, espacialmente. A geografia da religião almeja buscar a percepção da religião no espaço e anseia por revelar as interações do homem religioso neste mesmo espaço.

A geografia da religião apresentou-se com diferentes metodologias e apreciações ao longo da história da ciência geográfica. A partir das correntes de pensamento presentes na geografia, poderemos entender as diferenças de percepção e de importância dadas para o estudo do fenômeno religioso pelos geógrafos. Os recortes de análise aqui apresentados serão, respectivamente: a escola positivista, a escola crítica e, por fim, a escola humanística.

Durante a geografia positivista, o homem era visto somente como um elemento da paisagem na qual ele estava inserido. Os estudos se omitiam de compreender as relações sociais e se caracterizavam pelas análises acerca da relação homem / natureza. Outros fatores presentes nesta corrente positivista que limitavam os estudos em religião, derivam da aplicabilidade imediata presente nesta corrente e de sua racionalidade para a explicação dos fenômenos. Uma vez que a religião, na leitura dos geógrafos desta época, não se apresentava interessante ao planejamento e as

explicações transcendentais dos fenômenos eram desvalorizadas, a religião não possuía interesse de discussão.

Na geografia crítica, teremos a ciência geográfica voltada à análise dos problemas econômico-sociais. A religião era vista pelos geógrafos marxistas como objeto de alienação, o que legitima o entrave dos estudos pertinentes ao espaço da religião nesta época.

Como ultimo elo, teremos no aporte da geografia humanística a necessidade de desvelar as sensações vivenciadas pelo homem e pelo grupo social ao qual ele pertence. O homem e seus sentimentos tornam-se o objeto primaz de análise da geografia e os estudos religiosos voltam ao centro da análise e remetem-se ao seguinte questionamento: “Qual a relação entre o homem e seus deuses e como esta pode ser percebida no espaço?”. A partir desta corrente geográfica, datada da década de 1970, a religião se une à geografia e começamos a ter maiores produções dentro desta temática. Vale salientar que a geografia da religião atual, tal qual a sua gênese geografia cultural, baseia-se na percepção humanística.

Pontuando o estudo da religião dentro de sua origem, perceberemos que, durante a Geografia Cultural Tradicional (1990 - 1950) a religião é pontuada como um mero estudo quantitativo e, somente com a Nova Geografia Cultural, na década de 80, onde a espacialidade do fenômeno cultural se dá pelo grupo social que o pratica e o espaço é lido como apropriado, vivido, valorizado de forma subjetiva e marcado simbolicamente de forma material ou não, teremos a leitura da religião através das marcas (símbolos) que a mesma apresenta na paisagem.

Com os estudos vinculados à Nova Geografia Cultural, ROSENDAHL (1996) propõe quatro eixos temáticos para o estudo das relações entre Geografia e Religião. São eles: *(a) fé, espaço e tempo: difusão e área de abrangência (b) centros de convergência e irradiação, (c) religião, território e territorialidade* – aporte metodológico

desta pesquisa – e, por fim, *(d) espaço e lugar sagrado: vivência, percepção e simbolismo*. Cabe evidenciar que na retrospectiva de pesquisa desta geógrafa encontraremos dois marcos de atuação: o primeiro, datado de 1994 a 2000, apresenta trabalhos com a perspectiva do encontro das quatro proposições temáticas apresentadas anteriormente; a partir de 2000, vislumbraremos trabalhos que buscam por novas formas de análise do fenômeno religioso no espaço. Dentre estas, se encontra o estudo das dimensões econômicas, políticas e do lugar oriundas da relação sagrado e profano.

Nos remetendo as proposições apresentadas em 1996, teremos como primeiro tema à relação entre o fenômeno da fé, o espaço e o tempo, tendo assim, a interpretação das adaptações ou integrações de religiões a ambientes estranhos ao longo de dado intervalo histórico.

A difusão da fé poderá ser analisada em outras abordagens. Uma vez que dado grupo religioso migra para um novo espaço, poderemos observar a existência das práticas de conquista de território da religião que se desloca com ele. Se observarmos algumas pesquisas apresentadas anteriormente dentro da vertente geografia da religião, será possível evidenciar práticas religiosas para o controle de novos grupos e, conseqüentemente, novos territórios. Um bom exemplo seria evidenciar a distribuição das dioceses católicas no Estado brasileiro do Rio Grande do Sul ao longo de determinados períodos de tempo. É possível reconhecer que, com o aumento do povoamento naquele espaço, existiu a implantação de novas dioceses, ou seja, novos territórios de controle e proteção da religião católica e de seus seguidores.

Visando a geografia com seus fixos e fluxos, observaremos a existência de Centros de Convergência e Irradiação, um possível segundo tema de análise. Nestes santuários, a demonstração de fé ganha a impressão e marca o espaço. Peregrinos de diferentes partes se deslocam para dado fixo (lugar sagrado) dentro de uma

periodicidade regular. Nesta relação teremos o envolvimento de espaço, tempo – os lugares sagrados – e fluxos – a peregrinação. As peregrinações são comuns à maioria das religiões e inserem as mesmas dentro de diferentes contextos culturais. No catolicismo, teremos como maiores exemplos de centros de convergência de peregrinos as cidades de Roma, Lourdes e Jerusalém. No Brasil poderemos citar como exemplo de centro de convergência religiosa Nossa Senhora de Nazaré, situada no Estado do Pará. Vale salientar que nas práticas religiosas católicas a peregrinação, diferente das demais religiões, é denominada de romaria.

O objetivo dessa pesquisa, contempla no eixo temático “Religião, Território e Territorialidade”. Baseando-se na apropriação religiosa de dados segmentos do espaço, poderemos conceber uma análise a partir da base conceitual, visando ressaltar o equilíbrio entre diferentes religiões ou a busca por conquista de um mesmo espaço por cada uma delas. Com estas estratégias de controle de pessoas e coisas, a religião se afirma como instituição e atende a demanda do sagrado.

Serão relacionadas às formas de apropriação afetiva e efetiva de desses territórios e as práticas desenvolvidas por dado grupo religioso para a proteção e controle dos mesmos.

Tendo em vista a territorialidade católica, teremos a constituição de uma organização articulada com um sistema territorial hierárquico e burocrático. Nos estudos de SACK (1986), a Igreja reconhece dois tipos de territórios: o primeiro se remeterá aos lugares sagrados e edifícios da Igreja. O segundo inclui sua própria estrutura administrativa. Na Igreja Católica Apostólica Romana teremos a divisão de domínio em hierarquias de paróquias – controle local – e dioceses – controle regional. Recai nesta análise e utilizaremos como objeto as dioceses católicas dentro do Estado do Espírito Santo.

E, como último elo de análise do papel religioso na geografia, observaremos a existência do espaço e do lugar sagrado. Como apresentado por ROSENDAHL (1996) “A palavra sagrado significa separação, e definição, sugere sentido de ordem, totalidade e força”. O espaço sagrado será um local imbuído de significação, seja por meio de símbolos, seja por meio de condutas. Caberá ao homem religioso a responsabilidade de diferenciá-los dos demais, adotando práticas diferentes das apresentadas rotineiramente ao inserir-se nele. A secularidade do lugar atraindo para determinado grupo religioso pode ser reconhecida pela manifestação do poder sagrado que ele possui. Cabe ainda evidenciar que cada lugar sagrado terá um conjunto de símbolos e ritos próprios da religião e este será aceito por um grupo religioso específico. Os lugares sagrados refletem a crença do grupo religioso podendo ser numa igreja, numa sinagoga, numa mesquita, num terreiro, num templo budista ou outras religiões.

A partir da apresentação dos estudos pertencentes à geografia da religião e a sua importância no saber geográfico para a compreensão do espaço socialmente construído, apresentaremos, a seguir, o questionamento deste artigo.

GÊNESE E ESTRUTURA DA REDE DIOCESANA IMPLANTADA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Na temática iniciada em Território e Territorialidade da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil (ROSENDAHL 2003, 2005), nossa proposta central será evidenciar as práticas territoriais utilizadas por esta Instituição Religiosa no Estado do Espírito Santo. Cabe apresentar que o estudo iniciado integra o projeto construído pelo NEPEC – Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Espaço e Cultura, na UERJ, que vem realizando com sucesso a interpretação das estratégias de práticas territoriais da Igreja Católica no território brasileiro na implantação da fé. O recorte temporal da pesquisa é

o período relativo de ano 2000 até hoje. Sendo, o objetivo central desta pesquisa, a *interpretação da gênese e da estrutura da rede diocesana no Estado do Espírito Santo no ano de 2000.*

Visando a interpretação da lógica territorial adotada pela Igreja Católica no referido estado, utilizaremos como ação visível à dimensão e materialização da fé católica presente no espaço. Para o estudo da religião na perspectiva já evidenciada, ressaltam-se dois conceitos já elaborados por ROSENDAHL (2005): o *território religioso e a territorialidade religiosa.*

Território Religioso

O conceito de território delimitado por RIBEIRO (2002) e SOUZA (2003) permite compreender o território como um espaço delimitado por e a partir de relações de poder. O território será responsável por apresentar as características do agente social, grupo humano, empresa ou instituição que o criou, além de servir para seu controlador como base para a apropriação de novos espaços. No caso do território religioso, encontraremos em ROSENDAHL (2005) o mesmo definido como um espaço

“...o acesso é controlado e nos quais a autoridade é exercida por um profissional religioso. O território religioso é controlado é, assim, dotado de estruturas específicas, incluindo um modo de distribuição espacial e de gestão de espaço”, (...) o espaço apropriado “apresenta, além do espaço político, um nítido caráter cultural” (ROSENDAHL, 2005 pp.202)

Territorialidade Religiosa

Na literatura geográfica, o conceito territorialidade desenvolvido por SACK (1986) vislumbra como uma estratégia de controle sempre vinculada ao contexto social na qual se insere. Dessa forma a territorialidade poderá ser assimilada como o conjunto de práticas de dado grupo gestor para a aquisição de novos e manutenção de territórios adquiridos, tendo em vista a dinâmica espacial e social dos mesmos.

A territorialidade religiosa poderá ser definida como

“conjunto de práticas desenvolvidas por instituições ou grupos no sentido de controlar um dado território, onde o efeito do poder sagrado reflete uma identidade de fé e um sentimento de propriedade mútuo”. (ROSENDAHL, 2005 pp.203)

Os territórios religiosos serão defendidos e respeitados por todos, tendo em sua delimitação práticas individuais e/ou coletivas que o legitimam. Para a análise, serão relacionadas às formas de apropriação afetiva e efetiva de desses territórios e as práticas desenvolvidas pela instituição religiosa para a proteção e controle dos mesmos.

A Igreja Católica Apostólica Romana apresenta três níveis hierárquicos, a saber: o primeiro é o Vaticano, funciona como sede oficial da Igreja, sendo responsável pela gestão de decisões administrativas da mesma. O segundo e o terceiro são, respectivamente, as dioceses e as paróquias.

A diocese, responsável pelo controle regional, poderá ser compreendida como “território religioso verdadeiramente presente e atuante no processo de regulação e religiosidade católica” (ROSENDAHL, 2005 pp.205). Nesta perspectiva, caberá ao bispo diocesano nomear os párocos ou os administradores paroquiais, cuja missão é evangelizar e governar os católicos circunscritos dentro dos limites dos territórios das paróquias relacionadas.

A CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – fragmenta o território brasileiro em Conselhos Episcopais Regionais – CONSER –. Tal medida administrativa torna possível um controle dos fiéis e dos territórios da Igreja.

As paróquias, unidade territorial do território diocesano ou arquidiocesano da religião, “é sempre evocada como território principal da vida das comunidades locais” (ROSENDAHL, 2005 pp.204). A paróquia deverá ser retratada como “o território onde se dá o controle do cotidiano, porque ela está na escala de convivência humana – lugar de aproximação entre o local, o regional e o universal” (ROSENDAHL, 2005 pp.204).

Desde o século IV, a Igreja Católica introduziu o costume de dividir o território das dioceses em paróquias, mas foi somente a partir do Concílio Ecumênico de Trento (1545 a 1564) que tal costume recebeu respaldo da Santa Sé. Toda paróquia criada é autônoma e a responsabilidade por erigir, suprimir e modificar limites da paróquia são de competência exclusivas do Bispo da Diocese.

Para o descortinamento das ações territoriais da Igreja, na abordagem geográfica, podemos assimilar as práticas de redes religiosas locais – responsáveis por integrar as paróquias, entre si, e com as dioceses – e, numa escala mais abrangente, teremos as redes religiosas regionais – que interligarão as dioceses de cada CONSER com dioceses de outras regiões e com a Santa Sé.

O estado do Espírito Santo é classificado, em conjunto com o estado de Minas Gerais, pela CNBB, em Leste 2. Na história da Igreja Católica no estado, temos como primeira referência à presença, especialmente, de jesuítas e franciscanos. Essas ordens foram responsáveis não só pela ação de evangelizar; na ação social criaram escolas e conventos e, na ação econômica, são responsáveis por algumas fazendas que hoje são encontradas no estado.

Neste primeiro momento, torna-se possível evidenciar que as dioceses do Estado do Espírito Santo seguem a lógica de implantação fundada na hierarquia dos

lugares centrais, (Corrêa, 1997; Mello, 1999; e Ribeiro, 2000) uma vez que as dioceses do Estado – Vitória, Cachoeiro do Itapemirim, São Mateus e Colatina, respectivamente – foram fundadas em locais que exerciam centralidade em relação aos demais ao longo do tempo de análise. É interessante vislumbrar que tal implantação ocorreu a partir de um foco inicial ocorrendo, na logística de controle da Igreja, um espraiamento das dioceses.

A partir de um desmembramento da Diocese de São Lourenço de Niterói, criada em 1892 e localizada no Estado do Rio de Janeiro, temos no ano de 1895 a implantação da Diocese do Espírito Santo que a partir de 16 de fevereiro de 1958, é elevada a Arquidiocese e Sede Metropolitana, passando a denominar-se Arquidiocese de Vitória. Tal diocese localiza-se na capital estadual no sudoeste do Espírito Santo. A cidade de Vitória – de origem portuária e responsável por receber mercadoria e escoar toda a produção do Estado e de parte da produção dos Estados de Minas Geras e Bahia – apresenta-se na lógica da hierarquia urbana do Estado como centro regional.

Num segundo momento, a Igreja Católica decidiu desmembrar a Diocese de Vitória e implantar, no ano de 1958, mais duas dioceses no Estado: a Diocese de Cachoeiro do Itapemirim, localizada ao sul no sub-centro regional Cachoeiro de Itapemirim, e a Diocese de São Mateus, localizada ao norte do Estado no centro local São Mateus.

Por fim, na lógica de implantação da rede diocesana em nosso recorte de análise, temos no ano de 1990, mais um desmembramento da diocese de Vitória que originará a Diocese de Colatina, localizada no centro-norte do Estado no centro local Colatina.

Sendo assim, a geografia e a história se unem no objetivo de vislumbrar o porque das diferentes práticas territoriais utilizadas no Estado do Rio de Janeiro e no Estado do Espírito Santo. A Igreja Católica possui uma longa ação religiosa,

interagindo quase sempre com as características político-sócio-econômicas do lugar que se instala.

Pode-se vislumbrar que a Instituição da Igreja Católica Apostólica Romana, no Brasil, apresenta um processo longo de evangelização que se legitima pelas práticas da instituição e da devoção do homem religioso no lugar que as pratica.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, S. *A Territorialidade da Igreja Católica no Nordeste Brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

CARNIELLI, Pe. A. A. *História da Igreja no Estado do Espírito Santo 1553-2000*. Vitória: Gráfica Jep, 2005.

CNBB. *Diretório da Liturgia e da Organização da Igreja no Brasil 2005 Ano A – São Mateus Ano Eucarístico*. Brasília: Paulinas, 2004.

DIAS, L. C. “Redes: emergência e organização”. In: CASTRO, I. E., GOMES P. C. C. e CORRÊA, R. L. (org.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

RIBEIRO, M. A. e MATOS, R. B. “Territórios da prostituição de rua na Área Central do Rio de Janeiro”. In: RIBEIRO, M. A. (org.) *Território e Prostituição na Metrópole Carioca*. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2002.

ROSENDAHL, Z. *Espaço e Religião: Uma Abordagem Geográfica*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

ROSENDAHL, Z. "O Sagrado e o Espaço". In: CASTRO, I.E., GOMES, P.C.C., e CORRÊA, R.L. (org.) *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 119-154, 1997.

ROSENDAHL, Z. "Espaço, Política e Religião". In: ROSENDAHL, Z e CORRÊA, R.L. (org.) *Religião, Identidade e Território*. Rio de Janeiro: EdUERJ, pp. 9-38. 2001

ROSENDAHL, Z. "Espaço, Cultura e Religião: Dimensões de Análise". In: ROSENDAHL, Z e CORRÊA, R.L. *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ROSENDAHL, Z. "Território e Territorialidade: Uma perspectiva Geográfica para o Estudo da Religião". In: ROSENDAHL, Z e CORRÊA, R.L. *Geografia: Temas sobre Cultura e Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, pp. 191-226. 2005.

SACK, R.D. *Human Territoriality. Its Theory and History*. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

SOUZA, M. J. L. "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento". In.: CASTRO, I. E., GOMES P. C. C. e CORRÊA, R. L. (org.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.